

Faltam cinco meses para as eleições. E aí?



» DANIEL A. DE AZEVEDO
Professor de geografia política do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (UnB)

Há mais de uma década, pesquisadores se debruçam sobre um fenômeno que corrói as democracias por dentro: a polarização afetiva, distinta da polarização ideológica e da partidária. Enquanto o debate político tradicional foca nessas últimas, a afetiva se revela mais complexa. A gasolina para a invasão da Praça dos Três Poderes vem exatamente daí. O conceito é direto e brutal: o adversário político deixa de ser alguém com quem apenas se discorda para se tornar um inimigo existencial. Na polarização afetiva, o outro na sociedade é uma ameaça que não se tolera e com a qual não se quer conviver.

Curiosamente, quando o debate se restringe à polarização ideológica ou partidária, estudiosos apontam que o Brasil não é um país de extremistas. As pesquisas indicam que a esmagadora maioria da população foge das pontas do espectro político, gravitando em torno de posições moderadas. Contudo, a cinco meses das eleições, fica claro que a polarização afetiva não recuou; pelo contrário, alargou-se de forma muito mais veloz e pronunciada do que a ideológica. Chegamos, assim, a um paradoxo perigoso: os partidos podem não estar tão

distantes em seus projetos para o país, mas as pessoas se odeiam muito mais.

A polarização afetiva é reforçada e reforça polarizações geográficas, nas quais perigosas fronteiras geográficas opõem áreas inteiras a partir de caricaturas. Cria-se um cenário irreel onde, de um lado, encontram-se eleitores rotulados como dependentes e desinformados e, de outro, como fascistas e reacionários. Nordeste versus Sul, urbano versus rural, metrópoles versus cidades pequenas. Diante desse quadro, a pergunta incontornável é: quem se beneficia desse fenômeno e quem sai perdendo?

Seguramente, quem lucra é uma elite política que utiliza a aversão ao outro como combustível eleitoral. Não conseguimos enxergar uma terceira via viável porque os conflitos são mobilizados em torno de duas visões de mundo inconciliáveis. Se são baseadas em fatos ou não, pouco importa para a eficácia do fenômeno. Ao manter o eleitorado em constante estado de alerta contra uma ameaça imaginária, esses líderes se blindam contra a cobrança por resultados práticos. A polarização afetiva funciona como uma cortina de fumaça: cega a população para governos que promovem farras eleitoreiras com os cofres públicos e anestesia o eleitor diante de candidatos envolvidos com pessoas investigadas por prejudicar milhões.

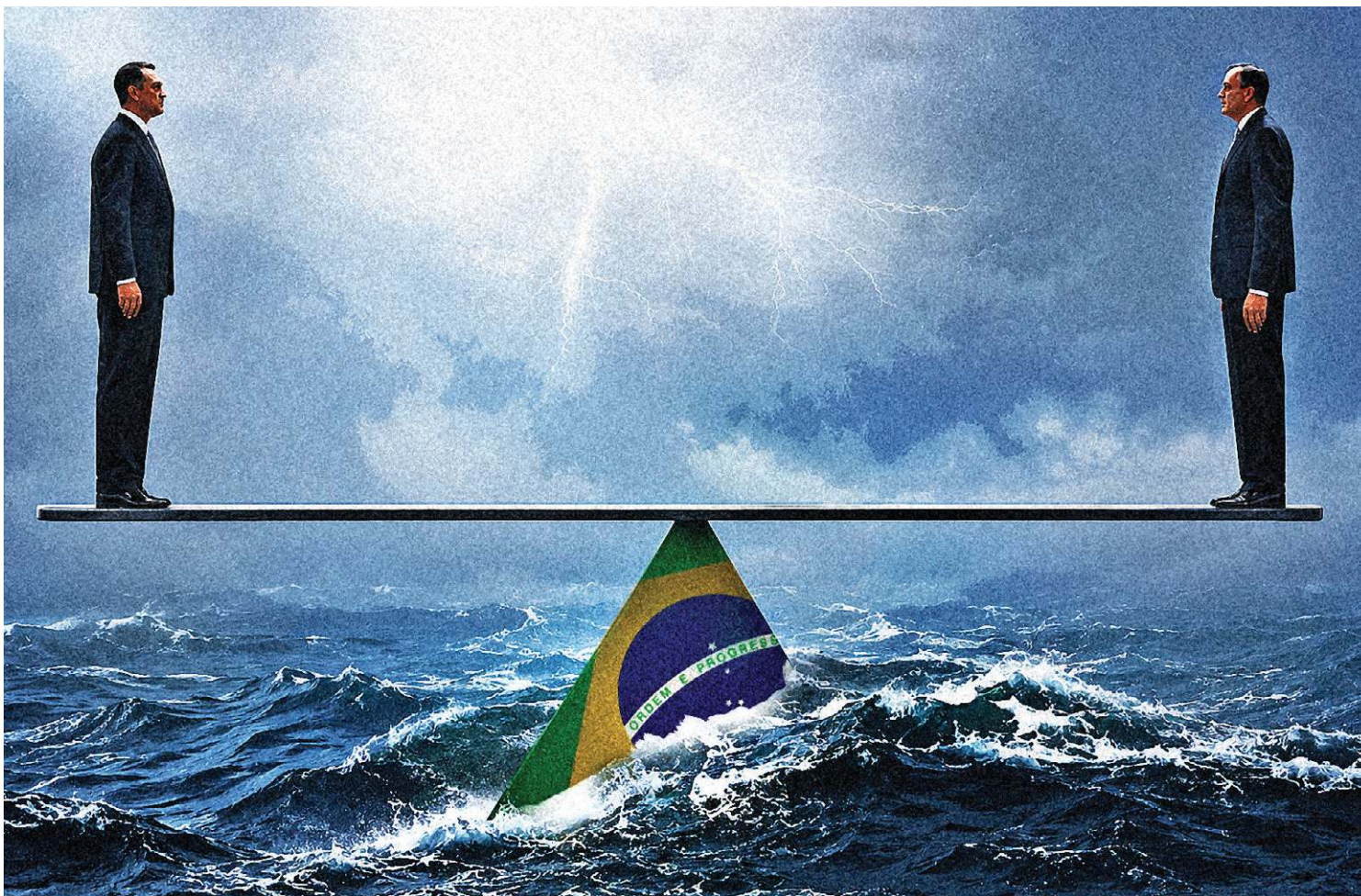
Assim, nessa polarização afetiva, a política é reduzida a um roteiro de cinema maniqueísta, com heróis e vilões predefinidos. Documentários, sejam eles alinhados à esquerda, como *Democracia em vertigem*, ou à direita, como *Não vai ter golpe!*, conversam com essa lógica do bem

contra o mal. Um grupo não se sujeita a assistir ao filme “do outro”, mesmo que seja para criticar.

Nas últimas semanas, acompanhamos também as polêmicas sobre mais uma peça audiovisual, desta vez produzida para posicionar o ex-presidente Jair Bolsonaro como um herói mítico. Para além das evidências e dos questionamentos legítimos sobre seu financiamento, o que importa observar aqui é o seu papel na engrenagem: o filme é, ao mesmo tempo, um produto gerado pela polarização afetiva e uma máquina de gerar ainda mais polarização.

Quem mais perde, no entanto, somos todos nós, na figura da coesão nacional. Famílias deixaram de se sentar à mesma mesa aos domingos. Amizades são desfeitas por mensagens de WhatsApp; o ambiente de trabalho e as rodas de conversa tornaram-se campos minados, onde a desconfiança mútua paralisa qualquer capacidade de diálogo. A energia que deveria ser gasta debatendo o futuro do país é desperdiçada na tentativa de aniquilar simbolicamente o vizinho.

A torcida para este ano é que o resultado das urnas não sirva apenas para referendar quem odiamos menos, mas que freie a produção em massa de inimigos íntimos. O sintoma desse esgarçamento está diante dos nossos olhos: estamos às vésperas de uma Copa do Mundo que ostenta a menor mobilização nacional que tenho na memória. A camisa amarela virou farda de trincheira. Enquanto continuarmos encarando a política e o outro como um roteiro barato de heróis e bandidos, o Brasil seguirá perdendo para si mesmo, preso em um filme no qual não há finais felizes para ninguém.



20 anos do Sisan: combater a fome exige compromisso permanente



» WELLINGTON DIAS
Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

» VALÉRIA BURITY
Secretaria Extraordinária de Combate à Fome do MDS

Discutir segurança alimentar e nutricional no Brasil é, inevitavelmente, revisitar o pensamento de Josué de Castro que, décadas antes de o tema ganhar centralidade internacional, já denunciava que a fome não nasce da fatalidade nem da escassez inevitável de alimentos. Para ele, a fome é produto de escolhas políticas, econômicas e sociais e enfrentá-la significa enfrentar desigualdades estruturais.

Em muitos aspectos, Josué antecipou, em sua obra, o debate contemporâneo sobre soberania alimentar e sustentabilidade. Tal visão nos ajuda a entender por que o enfrentamento à fome e a promoção da segurança alimentar e nutricional deve estar relacionada a uma agenda ampla, intersetorial e estratégica, que envolve produção, abastecimento, renda, saúde, educação, meio ambiente e participação social.

Considerando essa complexidade e a necessidade de articulação entre diferentes setores e políticas para a garantia do direito humano à alimentação adequada, foi criado, em 2006, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o Sisan.

Resultado de uma forte mobilização social, o Sisan é uma proposta que se fortaleceu nas

conferências e nos conselhos de segurança alimentar e nutricional. Representa uma das experiências mais relevantes de governança pública construída no país nas últimas décadas. Seu funcionamento tem como base a intersetorialidade e consiste na integração de diferentes órgãos, políticas e níveis de governo para assegurar o direito humano à alimentação adequada. Isso significa articular União, estados, municípios e sociedade civil em torno de um objetivo comum.

Garantir que os preços dos alimentos sejam acessíveis, por exemplo, exige a articulação de diferentes políticas: fortalecer a produção de alimentos, ampliar os mecanismos de abastecimento alimentar, aproximando quem produz alimentos de quem os consome, promover trabalho renda para a população e adotar medidas de política econômica que contribuam para a estabilidade e a redução dos preços dos alimentos, especialmente os que fazem bem à nossa saúde.

Ao longo dos últimos 20 anos, a trajetória do Sisan, no entanto, esteve longe de ser linear. O sistema sofreu um processo de enfraquecimento, especialmente após a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), em 2019, e a paralisação da coordenação nacional da política. A perda de espaços de participação social e de articulação interfederativa teve consequências concretas. O crescimento da fome no país, que chegou aos 33 milhões de pessoas em 2022, mostrou que políticas públicas não se sustentam sem institucionalidade, coordenação, continuidade e prioridade na agenda.

A retomada do Sisan em 2023 representou, nesse sentido, mais do que uma reorganização administrativa: houve a reconstrução da governança nacional dessa agenda. A Câmara Interministerial

de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) voltou a funcionar regularmente, o Consea foi reinstalado, a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional voltou a ocorrer, e o país retomou instrumentos centrais de planejamento, como o III Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o Plano Brasil Sem Fome.

Essa reconstrução institucional produziu efeitos concretos. Os dados mais recentes da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia) e da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) indicam que o Brasil voltou ao menor nível histórico de fome, com redução significativa da insegurança alimentar grave. Entre 2023 e 2024, considerando, portanto, os dois anos do atual governo, cerca de 26 milhões de pessoas deixaram de passar fome no país. Resultado da combinação entre crescimento econômico, valorização da renda, fortalecimento da proteção social e retomada da coordenação pública das políticas de segurança alimentar e nutricional.

Fortalecer o Sisan significa consolidar uma estrutura democrática, participativa e interfederativa capaz de garantir continuidade às ações do Estado. Sem coordenação, as políticas se fragmentam e perdem alcance. Sem governança participativa, o direito à alimentação se torna instável e vulnerável às mudanças políticas.

Os 20 anos do Sisan mostram a importância de se reafirmar uma escolha política: combater a fome e garantir segurança alimentar e nutricional de forma plena exigem planejamento, participação social, integração entre políticas públicas e compromisso permanente do Estado brasileiro. Afinal, como Josué de Castro ensinou há décadas, a fome não é inevitável. Ela é resultado de decisões.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

Crepúsculo da razão e a tentação da servidão voluntária

Carta imaginária de Immanuel Kant para o Brasil em 2026

Se me fosse permitido observar o estado presente da humanidade, após mais de dois séculos de minha passagem pelo mundo, encontraria uma civilização dotada de recursos materiais e capacidades técnicas que ultrapassariam qualquer expectativa concebível no século 18. O homem atravessa oceanos em horas, comunica-se instantaneamente por meio dos continentes e dispõe de instrumentos capazes de armazenar e processar mais informações do que todas as bibliotecas conhecidas de meu tempo. Mas a questão fundamental permanece inalterada: tornou-se o homem mais livre? A resposta, infelizmente, não parece tão evidente quanto os avanços tecnológicos poderiam sugerir.

Durante muito tempo, a humanidade acreditou que o progresso material seria acompanhado pelo aperfeiçoamento moral. Supunha-se que a expansão do conhecimento conduziria naturalmente ao esclarecimento, que denominei Aufklärung, a saída do homem de sua minoridade autoimposta. Esperava-se que cidadãos instruídos fossem menos suscetíveis ao medo, à manipulação e à tutela dos poderosos. Os acontecimentos recentes parecem desafiar tal esperança.

Uma epidemia de alcance global revelou não apenas a fragilidade dos corpos, mas também a vulnerabilidade dos espíritos. O medo, esse antigo instrumento de governo, reapareceu com extraordinária eficácia. Em muitas nações, homens e mulheres acostumados a proclamar sua independência aceitaram restrições antes impensáveis sem questionamento significativo. Não cabe aqui discutir a necessidade ou não de medidas específicas. O ponto filosófico é outro. A verdadeira preocupação surge quando a obediência deixa de ser resultado da convicção racional e passa a ser produto da simples conformidade. O esclarecimento exige coragem. Exige a disposição de perguntar, de duvidar, de examinar. Quando a dúvida passa a ser considerada suspeita e o questionamento converte-se em transgressão moral, algo essencial à liberdade humana encontra-se ameaçado.

A divisão crescente das sociedades contemporâneas constitui outro fenômeno digno de atenção. Em vez de cidadãos empenhados na busca comum da verdade, observam-se tribos ideológicas empenhadas na confirmação de suas certezas. Os indivíduos não procuram argumentos para testar suas crenças; procuram argumentos para protegê-las. A razão, criada para servir ao conhecimento, converte-se em advogada das paixões. Cada grupo considera-se portador exclusivo da virtude. Cada facção vê na outra não um adversário a ser persuadido, mas um inimigo a ser derrotado. O resultado inevitável é a deterioração do espaço público. O diálogo transforma-se em disputa, a disputa transforma-se em hostilidade e a hostilidade prepara o terreno para novas formas de autoritarismo. Nenhum governo precisa impor censura severa quando os próprios cidadãos aprendem a censurar uns aos outros. Entretanto, seria equivocado atribuir toda responsabilidade aos governantes. A servidão raramente se sustenta apenas pela força. Ela frequentemente depende da colaboração dos próprios submetidos. Muitos indivíduos preferem a segurança da orientação externa ao peso da responsabilidade moral. Desejam que alguém lhes diga o que pensar, o que sentir, o que aprovar e o que condenar. A liberdade exige esforço. A dependência oferece conforto.

Outro aspecto preocupante consiste na crescente subordinação dos princípios aos interesses. Observa-se, em diversos campos da vida pública, uma tendência a avaliar a moralidade das ações não por sua conformidade com o dever, mas por sua utilidade imediata. O que gera lucro torna-se virtuoso. O que produz vantagem política torna-se justificável. O que fortalece determinado grupo passa a ser considerado legítimo. Entretanto, uma sociedade incapaz de distinguir entre conveniência e dever encontra-se em processo de erosão moral.

O imperativo categórico permanece simples em sua formulação e exigente em suas consequências. Antes de agir, cada indivíduo deveria perguntar a si mesmo se aceitaria que a máxima de sua conduta se transformasse em lei universal. A resposta a essa pergunta eliminaria grande parte das hipocrisias contemporâneas.

Muitos defendem para si direitos que negam aos outros. Muitos exigem tolerância para suas opiniões enquanto recusam tolerância às opiniões divergentes. Muitos denunciam abusos quando são vítimas deles, mas permanecem silenciosos quando os abusos favorecem suas causas. Nenhuma dessas atitudes resiste ao teste da universalização.

Ainda assim, não convém concluir este ensaio em tom de desespero. A história humana jamais foi uma marcha linear em direção ao aperfeiçoamento. O progresso moral sempre ocorreu por meio de avanços e retrocessos. A liberdade frequentemente parece enfraquecida antes de recuperar sua força. Permanece válido, portanto, o ideal do esclarecimento.

O destino da civilização não será decidido pelas máquinas, pelos mercados ou pelos governos, mas pela capacidade dos indivíduos de exercerem sua autonomia moral. O maior perigo continua sendo a renúncia voluntária ao uso da própria razão. Enquanto existirem homens e mulheres dispostos a pensar por si mesmos, a examinar criticamente as autoridades, a submeter as próprias convicções ao escrutínio da razão e a tratar os demais como fins em si mesmos, a esperança não estará perdida.

» A frase que foi pronunciada

“Não somos ricos pelo que possuímos, mas pelo que podemos dispensar.”

Immanuel Kant

» História de Brasília

O Ministério da Saúde, por sua vez, autorizou a liberação de uma verba de 574 milhões de cruzeiros para a Fundação Hospitalar. Essa verba irá para o Rio, onde passará pela Divisão de Orçamento. Em seguida, será registrada no Tribunal de Contas, para pronta utilização. (Publicado em 20/5/1962)